

O Brasil e a Revolução Democrática

O PT em pauta. Processo do 3º Congresso inicia em meio à conjuntura de avanços e contradições.



César Ogata

Mudar o PT e o Brasil. Partido deve construir fundamentos para liderar revolução democrática.

Legalização do Aborto. Portugal e Cidade do México tomam definição.

Pela autonomia das mulheres

A legalização do aborto foi aprovada em Portugal e na Cidade do México. Em ambos, o embate com os conservadores e a direita foi acirrado, mas prevaleceu a compreensão de que é necessário garantir o direito das mulheres ao seu próprio corpo para que se evitem os tantos casos de complicações decorrentes de abortos clandestinos e inseguros, que, muitas vezes, levam à morte.

O debate está aberto no Brasil, e o movimento de mulheres estará preparado para expor seus argumentos e defender a autonomia e a liberdade de opção das mulheres sobre ter ou não filhos e em que momento fazê-lo.

Página 6



Arquivo/SOF

Eleições na França. Segundo turno opõe direita "dura" e esquerda "light".

Os dilemas da esquerda francesa nas eleições

O primeiro turno da eleição presidencial francesa foi melhor que a eleição anterior, quando direita e ultra-direita foram ao segundo turno, e pior que no refe-

rendum sobre a neoliberal Constituição Européia, em 2005, situação na qual o "não" venceu.

Toda a esquerda já declarou voto contra Nicolas Sarkozy, can-

didato da direita. Uma decisão tão correta quando difícil, já que a candidatura do Partido Socialista busca se posicionar ao centro, na tentativa de captar os votos do candi-

dato terceiro colocado, que é parte da mesma coalizão atualmente no governo, assim como Sarkozy.

Página 8

O segundo governo iniciou com o lançamento do PAC e a disposição de retomar o papel estratégico do Estado no desenvolvimento e algumas mudanças na composição da área econômica, como Paulo Nogueira Batista Jr assumir a representação do Brasil frente ao FMI. Ao mesmo tempo, se uma das principais metas da nova agenda é a reforma política, o conflito entre objetivos de mudança e meios tradicionais fica ainda mais evidente. A combinação entre política econômica e social com avanços e uma governabilidade em moldes tradicionais já é, em si mesmo, uma contradição.

Nesse contexto, a presença do partido no governo e na luta social será muito mais exigida. Mas é preciso ter um partido com uma plataforma para o período atual. Esse é o esforço contido no projeto de revolução democrática apresentado pela nossa tese ao Congresso do PT.

O 3º Congresso é o palco privilegiado para se construir os fundamentos para o PT ser o partido líder da revolução democrática. Essa é uma condição fundamental para as históricas mudanças que o Brasil pode viver no segundo mandato do governo Lula.

Páginas 3 e 5

30 anos de Em Tempo

Imprensa da esquerda. Democracia e socialismo marcam história do jornal.

Raul Pont

No final de 1972, empresários e intelectuais do campo democrático e nacionalista iniciaram uma primeira experiência de periódico nacional que rompesse com os limites impostos pela ditadura, que sinalizasse um ponto de vista alternativo aos grandes diários do país e que divulgasse, também, informações internacionais alternativas.

Nascia o *Opinião*, que, além do noticiário nacional, reproduzia grande parte do noticiário internacional do *Le Monde*, permitindo aos leitores análises e pontos de vista distintos das agências internacionais e da grande imprensa brasileira. Teve o mérito do pioneirismo e da conquista de um espaço alternativo, de caráter público, nacional, o que não eximia o jornal das tesouras da censura em suas edições marcadas pelas tarjas pretas, identificando as matérias sonegadas à opinião pública.

Seus limites, a própria disputa interna sobre seus rumos futuros, simultâneos ao ressurgimento, a partir de 1974 e 1975, de movimentos sociais, como a reorganização da UNE, a fragorosa derrota da Arena em 1974, e a ampliação dos espaços que a esquerda ocupava na frente oposicionista do PMDB, levaram ao surgimento de outro periódico, o *Movimento*.

A novidade era que *Movimento* se assentava numa forte contribuição militante e voluntária espalhada em várias capitais, o que lhe dava um caráter não só de jornal, mas também de instrumento de organização e troca de experiências entre os grupos que sustentavam as sucursais e garantiam uma distribuição nacional. A corrente popular, dentro do MDB, e uma influência do PCdoB marcavam a publicação. Tornou-se uma das principais referências de informação e articulação política dos vários grupos que se fortaleciam em todo o país.

Nesse período, outros periódicos da imprensa escrita cumpriram, também, um papel importante no enfrentamento ao regime militar. Ainda que voltados para áreas e temas diferentes, tinham um papel de divulgação, de

denúncia e articulação política. Entre esses, destacavam-se o *Pasquim* e o *Versus*. O primeiro, com sua crítica debochada, com suas charges irreverentes, tinha uma cobertura cultural significativa. O humor e a ironia eram as armas do *Pasquim* contra o autoritarismo e a sisudez dos quartéis.

O segundo voltava-se mais para a área cultural, dando ênfase ao Brasil e à América Latina, nas áreas de cinema, teatro, literatura e artes plásticas. Seu enfoque crítico, questionador, que abordava temas "malditos" pelo regime militar, sacudiu a comunicação impressa pelas inovações e pelo vanguardismo gráfico que essas características significaram.

O *Em Tempo* nasceu na continuidade dessas primeiras experiências de imprensa alternativa que, nos anos 70, resistiam e abriam espaços contra a censura e o autoritarismo. Surgia como uma grande frente de jornalistas e militantes de esquerda, com profunda democracia interna, que tinha como objetivo a produção de um jornal nacional, que fosse uma referência para os setores de esquerda que haviam sobrevivido ao regime militar e que se encontravam atomizados e pulverizados, em meio a um processo de reconstrução dos grupos que haviam feito a crítica e a ruptura com a esquerda tradicional, populista e reformista nos anos 60.

Em seu manifesto de lançamento, o *Em Tempo* afirmava que "dada a estrutura material e política da sociedade brasileira, qualquer proposta de uma real democracia não pode prescindir da efetiva participação dos trabalhadores, sob pena de jamais se concretizar. Assim, a decisiva participação desta camada social em qualquer projeto substancialmente democrático só será viável se os trabalhadores desenvolverem a sua organização independente e conquistarem o direito de fazer a sua vontade política efetivando-se como força dirigente".

Dificuldades no caminho

A idéia e o projeto do jornal, apesar de oportunos e necessários, não garantiam uma coesão

entre os responsáveis por consolidar sucursais, bem como os compromissos decorrentes da sustentação material do projeto. Desde a escolha do nome e a chegada das primeiras edições às ruas, a frente do jornal era um permanente tensionamento. O peso desigual das várias sucursais tornava a disputa editorial e a orientação de cada artigo ou matéria uma disputa de táticas e estratégias entre seus protagonistas.

Aos poucos, mais que as divergências políticas de linha editorial, foram os compromissos e a seriedade na sustentação do projeto que começaram a garantir um núcleo de efetiva direção para o jornal. O tensionamento e as dificuldades materiais levaram a uma redução das sucursais do jornal, que se viu obrigado a passar sua periodicidade de semanal para mensal.

A democracia interna, a definição pela perspectiva socialista e a luta e apoio à organização da classe trabalhadora fizeram com que a identificação editorial do *Em Tempo* com o movimento pró-PT fosse total. Os primeiros passos do PT determinaram uma coesão mais firme e decidida da linha editorial do *Em Tempo*. O projeto petista não aglutinava toda a esquerda brasileira, o que fez com que a frente jornalística do *Em Tempo* sofresse novas defecções e, num determinado momento, o próprio projeto esteve prestes a desaparecer.

A determinação das sucursais de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre manteve o projeto e o engajamento editorial na defesa da construção do PT. O jornal passou a ser a principal expressão de uma das correntes internas do partido, a Democracia Socialista, e de outros setores partidários que encontravam no *Em Tempo* o canal para expressar suas posições sobre a luta política no país e a construção partidária.

Testemunha e agente das lutas

O *Em Tempo* esteve a serviço da luta pela democracia interna, pelo direito de tendências e de representação proporcional nas instâncias de direção do PT. Teve

posição de vanguarda para que o PT assumisse plenamente em seu estatuto o direito de proporcionalidade em suas executivas. Esteve presente na conquista, pelas companheiras, da cota de 30% de mulheres nas esferas de direção partidária. Também marcou sua presença na defesa da concepção do PT como partido e não como frente política ou frente eleitoral, tema que dominou os primeiros anos de existência do partido.

Foi assim, ainda, na luta pela anistia, no apoio à construção da CUT e na defesa das Diretas Já, as grandes manifestações populares que deram ao PT a vanguarda da luta pela democracia. Estivemos, também, no processo de defesa da Assembléia Constituinte, livre e soberana, como bandeira globalizadora na superação do regime militar, e na denúncia dos limites do Congresso Constituinte. O internacionalismo, bandeira tão cara aos socialistas, sempre encontrou no *Em Tempo* um veículo para sua difusão. O *Em Tempo* foi veículo das nossas experiências de lutas parlamentares, das conquistas das primeiras prefeituras e dos espaços que fomos alargando na vida política do país.

Nos últimos anos, o *Em Tempo* assumiu a identificação da própria corrente, com o objetivo de fortalecer a ação orgânica e a identidade dos seus apoiadores com as contribuições que a Democracia Socialista tem feito no debate interno e na prática política do PT.

Essa rica experiência completa 30 anos. Nossa trajetória, a coerência política e a identificação partidária são referências que, hoje, vão além do PT.

Fiéis a essa história, queremos continuar contribuindo para as conquistas e avanços na luta do povo trabalhador, sem perdermos a perspectiva original da independência classista e da luta pelo socialismo. No final de 2007, queremos comemorar com os companheiros e companheiras do partido esta referência da qual nos orgulhamos. Vida longa para o *Em Tempo - Democracia Socialista!*

Raul Pont é membro do Diretório Nacional do PT e Deputado Estadual PT-RS.

Mensagem ao PT

Está no ar a página na internet da tese "Mensagem ao Partido - O PT e a Revolução Democrática" ao 3º Congresso do PT. Lá além de encontrar a íntegra da tese e sua versão resumida, é possível subscrevê-la, ler notícias e artigos e informar-se sobre o calendário de atividades, os debates e o regulamento do congresso. O endereço da página é www.mensagemao-partido.org.br.

Mulheres da UNE

O II Encontro de Mulheres Estudantes da UNE aconteceu no início de abril no Rio de Janeiro. Cerca de 400 estudantes construíram uma agenda feminista, composta por uma campanha nacional pela legalização do aborto; cotas mínimas para garantir a presença das mulheres em todos os espaços da entidade; incorporação do calendário do feminismo. O encontro foi marcado pela presença de militantes da Marcha Mundial das Mulheres, organizadas em núcleos nas universidades de todas as regiões do país.

Juventude e Mercosul

No final de março, aconteceu o 4º Fórum de Juventude Políticas do Mercosul. Cerca de 500 jovens de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile acamparam em São Leopoldo (RS) para aprofundarem debates sobre como as juventudes dos partidos de esquerda podem contribuir para a consolidação de um Mercosul solidário e justo, que integre não só mercados, mas, principalmente, os povos e as lutas da região.

Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud

Equipe editorial:
Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho

Editor:
Carlos Henrique Árabe

Editora assistente:
Alessandra Terribili

Projeto gráfico e diagramação:
Caco Bisol

Jornalista Responsável:
João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP

Internet:
Marcelo Fragozo

Fechamento: 26/abril/2007

Assinaturas

Preencha a ficha ao lado e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA.

Rua Albuquerque Lins, 635/91 - Sta. Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001.

Se preferir, faça depósito para ICEF-IA, Banco do Brasil, Ag. 3326-x, CC. 7680-5, CNPJ 04891401/0001-30 e envie os dados do cupom, juntamente com o comprovante, por e-mail ou fax.

Fone/Fax (11) 3666.5550 e 3667.3476.
contato@democraciasocialista.org.br.

Visite a página da DS

www.democraciasocialista.org.br

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA: NORMAL: 50,00 APOIO: 100,00 APOIO: 150,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

UF:

FONE:

E-MAIL:

Melhor que o primeiro, aquém da conjuntura

2º Governo Lula. Boas notícias convivem com contradições conhecidas.

A discussão sobre a nova conjuntura do país aberta com a segunda vitória de Lula ganha agora a dimensão do governo. Ainda que sua montagem não esteja completa, ele integra, com avanços e com contradições, o novo quadro político.

Após as eleições de 2006, o partido iniciou o debate sobre o novo momento político do país. A idéia de uma nova conjuntura decorre não apenas do fato eleitoral da conquista da reeleição, mas principalmente dos elementos políticos que estiveram presentes no processo. O amplo apoio popular a Lula, sobretudo no segundo turno, se deu em função dos aspectos mais progressistas do nosso governo; as forças de direita sofreram uma desmoralização programática; os movimentos sociais adotaram plataformas políticas e posicionamentos a favor de um segundo mandato de superação do neoliberalismo. Governos estaduais importantes foram conquistados pelo PT e por forças não oponentes ao Governo Lula. O PT saiu fortalecido e convocou seu 3º Congresso para uma atualização programática e organizativa à esquerda.

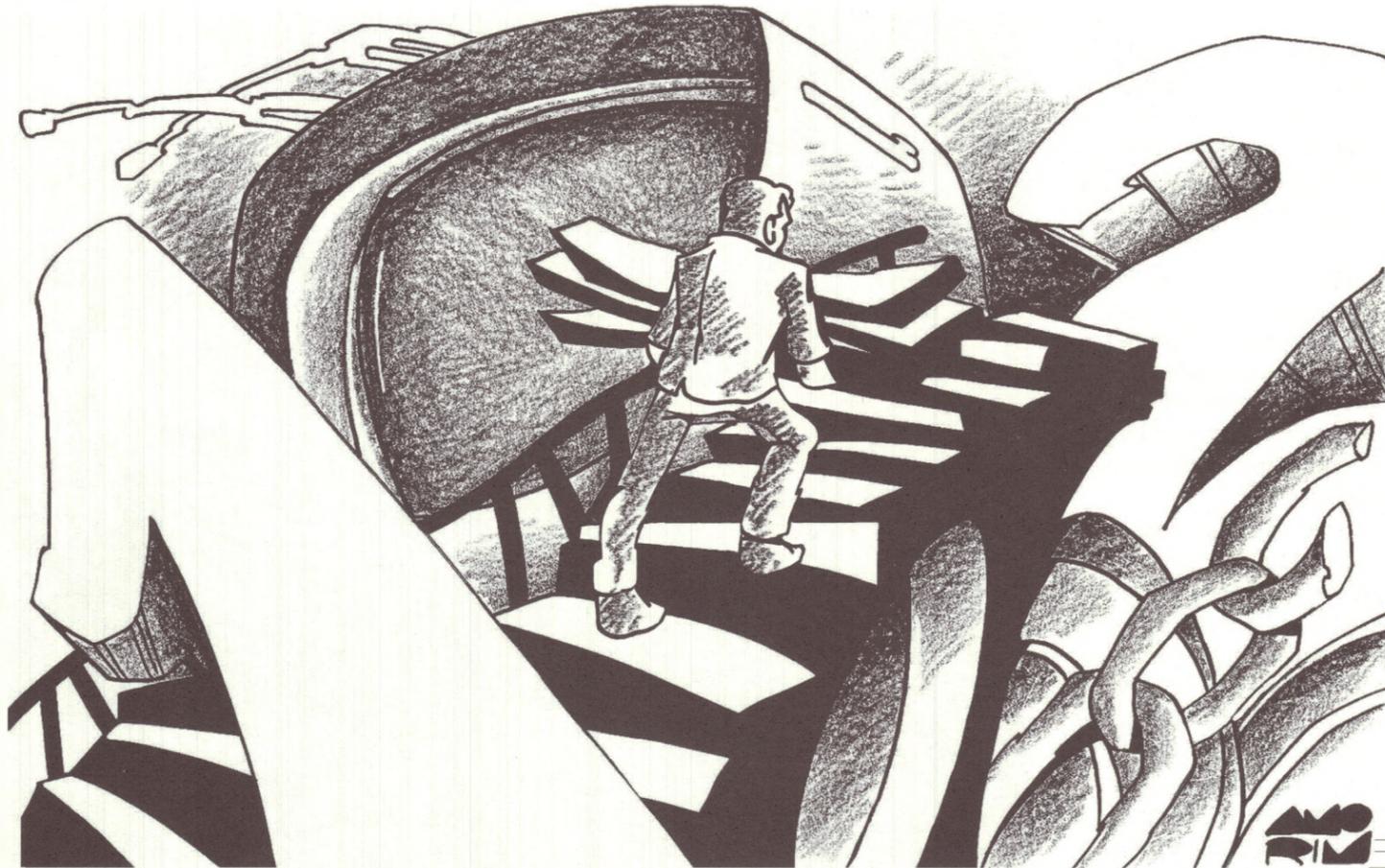
O início do segundo governo

O segundo governo iniciou com o lançamento do PAC e com uma clara disposição de retomar o papel estratégico do Estado no desenvolvimento. Junto, uma série de mudanças significativas na composição da área econômica, como Paulo Nogueira Batista Jr, que assumiu a representação do Brasil frente ao FMI.

Na comunicação, o projeto de rede pública de TV e a indicação de Franklin Martins têm um sentido estratégico para pautar o debate acerca da necessidade de democratização da comunicação numa sociedade onde esta é quase um monopólio privado e, obviamente, dominado pela direita.

A continuidade reforçada e renovada dos programas em áreas como educação e inclusão social, reforma agrária e agricultura familiar, justiça, meio-ambiente, política externa, compõe o conjunto de elementos de avanço coerentes com a nova situação desenhada pela disputa político-eleitoral. Uma nova agenda para o país está em formação. Além das questões do desenvolvimento econômico e da comunicação, que já estão colocadas, em cada área estratégica está posta a necessidade de desdobramentos na nova situação, os chamados "PACs" temáticos.

Todos os esforços devem ser feitos para configurar uma agenda pós-neoliberal. Esse processo passa necessariamente



Há condições para uma nova governabilidade?

Para avançar. Presença do PT e participação popular são elementos fundamentais.

Se há uma discussão até agora pouco desenvolvida é aquela que envolve a participação popular e a democracia participativa na esfera federal. Ela vai além da legitimação popular de Lula, da abertura de canais de participação setorial e do reconhecimento do movimento social. Essas conquistas não são pequenas, mas não substituem e não explicam o fato de a construção de um espaço público de participação nas decisões políticas de âmbito nacional continuar sendo relegada ao segundo plano. E não se trata apenas de

remeter o tema para a reforma política: esta também depende de avançar a democratização na sociedade.

A participação popular continua a ser decisiva para o processo de enfrentamento das grandes questões nacionais. A ausência de um plano estratégico nessa direção pode desperdiçar ou neutralizar o imenso potencial popular revelado nas últimas eleições.

Em um processo governamental com avanços, mas também com contradições, a presença do partido no governo e

na luta social será muito mais exigida. Mas é preciso ter um partido com uma plataforma para o período atual. Esse é o esforço contido no projeto de revolução democrática apresentado pela nossa tese ao Congresso do PT.

O ponto de partida para uma revolução democrática é justamente o despertar para a política de amplos setores da população que se beneficiaram com as políticas que estancaram o neoliberalismo. E que se colocam do lado do governo Lula para buscar mais conquistas. E mais con-

quistas significam novos conflitos e capacidade de resolvê-los favoravelmente. A condução desses conflitos estritamente para a arena parlamentar – onde estão representados majoritariamente os interesses das classes dominantes – ou para uma negociação com as elites implica em forte contenção de todo o potencial de mudança.

Uma conjuntura mais favorável não produz necessariamente uma política de mudança das relações de poder. Para que isso aconteça é preciso construir essa política.

mente pelo debate público, por relações democráticas e construtivas com os movimentos sociais e por um amplo diálogo com os setores interessados na superação do neoliberalismo. E passa também por conflitos – no âmbito nacional e internacional – frente aos grandes interesses que se beneficiaram com as políticas neoliberais.

Alianças e agenda pós-neoliberal

O contraponto na dinâmica atual do governo é a idéia de que alianças tão contraditórias como as que foram constituídas – que vão além de uma coalizão programática – possam sustentar um programa geral de políticas de superação do neoliberalismo e reformas democráticas.

Uma combinação entre política econômica e social com avanços e uma governabilidade em moldes tradicionais já é, em si mesma, uma contradição. Se

agregarmos que uma das principais metas da nova agenda é a reforma política, o conflito entre objetivos democráticos de mudança e meios tradicionais fica ainda mais evidente. A reforma política enfrentará resistências de "oligarquias" e "castas" eleitorais. Se depender exclusivamente da formação de um consenso ou mesmo de uma maioria parlamentar, é possível prever um resultado com muitas concessões ao status quo que vigora no Congresso brasileiro. A democratização da representação parlamentar e do processo eleitoral; a regulamentação de instrumentos de consulta popular, como o plebiscito, tem muita relação com a participação direta da sociedade, e, por isso mesmo, depende da construção de uma maioria ativa nela. Se não, será uma meia-reforma, no máximo.

Há uma idéia quase aritmética de que, quanto maior a

maioria parlamentar, maior a condição de exercer o governo. Como toda simplificação da realidade, essa esconde enormes custos políticos.

No plano programático, a introdução na coalizão governamental de forças estranhas e em conflito com o programa eleito conduz a bloqueios e paralisia. Isso se dá especialmente em relação aos interesses econômicos que, coerentemente, optaram por um programa de direita. Em relação a esses setores, é possível estabelecer negociações e a criação de mecanismos institucionais para tratar do conflito. Mas isso deve ser feito a partir das posições conquistadas na disputa político-eleitoral; do contrário, significa recuar das conquistas já obtidas na correlação de forças.

Maior prejuízo ainda é o efeito corrosivo na identidade e na coerência dos campos de forças sociais e políticas que apre-

sentam e disputam projetos distintos para o Brasil. A mistura ideológica e programática implica, sobretudo, em confusão nas nossas hostes (e não nas dos adversários).

Desde 1989, pelo menos, vem se apresentando na cena política projetos opostos de nação. Por certo, há que diferenciar também projetos intermediários, possível de serem incorporados, em parte, à coalizão governamental. A condição de governo permite alargar alianças com hegemonia, mas tem de haver alguma base programática comum. E, sobretudo, essa ampliação deve manter uma relação com a construção da unidade das forças sociais e políticas que efetivamente sustentam o programa. E, não se pode esquecer uma outra condição a ser permanentemente verificada no andamento do governo: um padrão republicano na relação com o Estado.

A política da mudança na questão agrária

Questão nacional. Momento exige unidade política em bases programáticas renovadas.

Começa o segundo mandato do governo Lula num cenário mais favorável para a superação do neoliberalismo do aquele do início de 2003, mas com novas contradições. Não existe mais a vulnerabilidade externa que maximizava as condições de pressão dos capitais financeiros. A gestão do Estado e a criação de novos programas no primeiro governo possibilitam agora deslançar um ciclo de crescimento com distribuição de renda e aprofundamento da democracia.

A vitória eleitoral de outubro revelou uma consciência popular que rejeita os conservadores de sempre e renova sua esperança na mudança, que passa pela inclusão social e pela redução das desigualdades, mas aí não se encerra. No âmbito da questão agrária, essa mudança se traduz com a configuração de uma agenda de superação do atual modelo agrícola.

Uma agenda pós-neoliberal para o campo

Nossa prioridade deve ser a construção dessa agenda, tendo como ponto de partida as lutas históricas do movimento pela democratização da terra, o que foi realizado durante o primeiro Governo Lula e o que precisará ser feito no âmbito da reforma agrária, da agricultura familiar e das comunidades tradicionais. Um olhar crítico e afirmador dos avanços obtidos precisa ir muito além de um balanço que se reduza a ponderar ou contrapor os pontos positivos e os negativos, e de uma recorrente e insuficiente denúncia dos efeitos da modernização conservadora.

A simplificação das contradições e das disputas e o apelo à justiça da causa contribuem para demarcar campos, para impulsionar mobilizações, mas está longe de ser capaz de armar a esquerda social e partidária brasileira para disputar a transição do modelo agrícola, o estabelecimento de novas relações sociais, de um novo padrão de ocupação do território e de uso e apropriação dos recursos naturais.

Apesar da importância das experiências isoladas, que demonstram que o possível é mais além, a construção de um novo modelo exige estabelecer novas bases para o conjunto da agricultura brasileira. A transição demanda um sentido estratégico comum para as políticas públicas, a renovação das referências e das condições políticas em que se dão as disputas no campo entre diferentes



Antonio Gaudêncio/Folha Imagem

Novos ares. Ações devem incluir percepção ampliada do direito à terra e de formas de relação com a natureza.

projetos, entre as forças sociais populares e nas relações com o governo federal.

Não se trata de acordar um programa mínimo, nem um compromisso com uma pauta de reivindicações pontuais e, muito menos, buscar conter a dinâmica das lutas sociais. Trata-se de desencadear e integrar esforços para atualizar uma visão sobre a questão agrária capaz de integrar novas dimensões e as aspirações dos setores populares do campo - da agricultura familiar, das comunidades tradicionais, dos assentamentos -, ou, como preferem alguns, das diversas formas de campesinato.

E, para isso, é preciso compreender que os novos tempos revelam a fragilidade de posições sustentadas na contraposição fácil entre latifúndio x reforma agrária, entre atraso x modernização. A modernização sem reformas não apenas resolveu a seu modo a transformação da agricultura e criou as condições para a emergência dos novos sujeitos do campo, como também mudou o panorama do grande debate e inverteu seus termos, a ponto de o símbolo do atraso agora recair sobre a reforma agrária.

Novos tempos com novos ares. A recuperação da agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável em âmbito internacional vem informada por uma percepção mais plural e ampliada do direito à terra com o reconhecimento de variadas formas econômicas e

culturais de relação com a natureza. Novos temas que ganharam mais espaço a partir das lutas sociais, e que eram, em geral, tratados de forma isolada, buscam compor-se, como é o caso da conservação da biodiversidade, da promoção da igualdade das mulheres, do reconhecimento das comunidades tradicionais, da segurança alimentar, da soberania nacional nas negociações internacionais.

Campo, cidade e nação

Uma coalizão reformadora agrária, por mais representativa que seja dos movimentos e dos diferentes segmentos, só poderá exercer uma vocação hegemônica se fizer parte de uma coalizão política mais ampla, inspirada por um projeto de desenvolvimento nacional profundamente democrático. Essa é uma necessidade decorrente das dificuldades para se constituir um programa de transformação da agricultura e do meio rural brasileiro apenas no ambiente do campo. Aí não há um programa "naturalmente" estabelecido, permanece a diversidade de situações concretas e conflitos internos.

Além disso, não está resolvida - longe disso - a insuficiência das referências teóricas de debate sobre desenvolvimento nacional, que vêm do início dos anos 60, e que parece, ainda, iluminar o debate agrário. Estamos falando de uma coalizão que consiga ampliar a legitimidade da reforma agrária, que

popularize o reconhecimento de sua dimensão produtiva e civilizatória, que a assuma não como uma necessidade que se auto-impõe, mas como uma escolha pelas transformações que promove.

Há, nos anos recentes, um fortalecimento econômico e social da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais, fruto de seu protagonismo e da incorporação por parte do nosso Governo da legitimidade das suas demandas e interesses e de ações para garantir seus direitos. Por meio da participação social, novas políticas públicas foram implementadas e outras ampliadas e redirecionadas, como é o caso da Política de Segurança Alimentar, do crédito (Pronaf), da assistência técnica, da agregação de valor e garantia de renda (Seguro da Agricultura Familiar, Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, Biodiesel), da promoção da autonomia econômica das mulheres rurais, do etnodesenvolvimento das comunidades tradicionais, do incentivo à agroecologia e à produção sustentável, entre outros. Esses avanços são importantes, mas insuficientes, pois sua expansão quantitativa não é capaz de promover uma transição do modelo agrícola.

Temos agora, é fato, melhores condições para assumir essa agenda, e para isso, é preciso dar-lhes um sentido estratégico comum e a dimensão de um

programa que envolve de forma articulada a reforma da propriedade, dos mecanismos regulatórios do desenvolvimento e de fortalecimento econômico da agricultura familiar, dos assentamentos e das comunidades rurais. Nesse programa, tem centralidade a dimensão produtiva, em que o aspecto civilizatório da autonomia econômica dessas populações associa-se a novas lógicas produtivas, novos padrões tecnológicos, novas formas de apropriação e uso dos recursos naturais, novos circuitos de articulação entre produção e consumo e novas configurações das cadeias produtivas. E não menos importante, a consolidação de formas institucionais que permitam a permanência e a evolução dos espaços conquistados.

Condições para avançar

As condições para isso não estão plenamente dadas, mas há importantes possibilidades a serem potencializadas. Em espaços específicos, já temos mais unidade política, que se expressa tanto por meio de uma compreensão comum sobre formulações táticas e mesmo formulações mais estratégicas.

Há, portanto, um espaço teórico e político aberto que convide a novas elaborações e a um diálogo crítico para a superação de impasses e construção de uma hipótese estratégica, de uma agenda de mudanças em que a questão agrária se incorpore como questão nacional.

Por que revolução democrática?

3º Congresso do PT. Propostas e idéias para o PT reencontrar sua vocação socialista.

O 3º Congresso é profundamente democrático não apenas porque se inicia com doze teses inscritas, revelando um amplo espectro de posições e inserções regionais do PT, mas porque o quadro interno do partido está bastante distanciado de um quadro cristalizado de posições, com uma maioria *a priori* definindo os rumos. Nenhuma das doze teses é majoritária. Além disso, há importante movimentação de lideranças, revelando reposicionamentos e, mais importante, novos encontros e um esforço para novas sínteses de idéias.

O 3º Congresso deve ser o tempo dos novos encontros entre os petistas. Nesse sentido, é o palco privilegiado para se construir os fundamentos para o PT ser o partido líder da revolução democrática. Essa é uma condição fundamental para as históricas mudanças que o Brasil pode viver no segundo mandato do governo Lula.

São cinco as virtudes de se colocar o debate do 3º Congresso do PT no plano da revolução democrática.

Os caminhos da revolução democrática

Em primeiro lugar, permite que o PT se posicione e reflita para além do tempo do segundo mandato do governo Lula, criando para si e para a sociedade brasileira a imaginação de sua necessária continuidade. Embora se relacione construtivamente com a agenda do segundo governo Lula, seria um grande erro transportar para o 3º Congresso os avanços e os limites do programa de governo (como faz em grande medida a tese "Construindo um novo Brasil"): a renovação do programa histórico do PT para o Brasil não deve se auto-limitar ao que parece ser, hoje, o possível no segundo mandato.

Se para governar é preciso levar em conta a correlação de forças, cabe exatamente ao PT fazê-la avançar a favor da esquerda. E, se o programa histórico do PT se ajusta ao programa de governo, ele rebaixa a sua função histórica a um mero instrumento de apoio institucional, perdendo a sua necessária autonomia crítica e vontade de mobilização social.

Em segundo lugar, a noção de revolução democrática cria um campo propício à resolução dos impasses que levaram à crise mais grave da história do PT e abriram o flanco para as forças neoliberais e conservadoras agirem em forte ofensiva para desestabilizar o governo Lula. Ela coloca o desafio democrático no centro das tarefas do PT



A força da militância. Participação ativa de filiados(as) é essencial para o sucesso do Congresso.

Doze teses revelam amplo espectro de posições

Síntese necessária. Diferenças centrais estão nas avaliações da crise vivida.

As doze teses inscritas ao 3º Congresso do PT mostram que há uma renovação do campo de unidade do partido, o que indica uma superação das grandes tensões que surgiram durante o primeiro mandato do governo Lula. Posições liberais, como aquelas defendidas de modo tão enfático e público pelo ex-ministro Palocci, praticamente não aparecem ao debate petista. O campo da defesa de um desenvolvimento com distribuição de renda, com diferentes inflexões e radicalidades, dá o tom. Todas as teses reclamam-se do socialismo e do anti-capitalismo, embora não haja uma cla-

reza de como estas convicções vinculam-se à experiência de governar o país.

É na avaliação das crises vividas que as diferenças revelam-se mais enfaticamente, embora predomine um tom, em geral, auto-crítico mas reafirmador dos valores e da história do PT. Mesmo a tese que mais representa a continuidade do antigo campo majoritário – "Construindo um novo Brasil" – faz uma série de auto-críticas importantes, embora, de forma equivocada, não reconheça nenhuma responsabilidade especial nos acontecimentos.

Prevalece um tom confiante

e esperançoso no papel do partido e em uma experiência de governo do país alargada e aprofundada em seu sentido transformador. Isso é uma consequência direta da grande derrota imposta aos neoliberais e conservadores na disputa eleitoral em 2006.

Essas dimensões positivas não devem, no entanto, levar a subestimar um grande risco: o do debate do 3º Congresso não chegar a uma síntese das mudanças necessárias ao PT. Isso pode ocorrer se o processo do Congresso não ganhar o impulso necessário junto à base e se for dominado por falsas e des-

qualificadas polarizações, como aquela que tenta barrar a crítica às rupturas com a história e com os princípios fundadores do PT, que mergulharam o partido numa grande crise em 2005, com um artificial "patriotismo de partido". Essa falsa polarização serve ao propósito reativo de conformar lealdades a "campos" já ultrapassados. O que precisamos é o oposto disso: fraternidade petista, capacidade de dialogar e abertura para novas sínteses de posições. O espírito do 3º Congresso deve ser o espírito da mudança e da superação dos impasses do PT.

no próximo período, como a forte retomada de uma ética pública, a prioridade da reforma política, a luta contra a corrupção, a construção dos instrumentos de uma opinião pública pluralista e democrática, a participação popular e controle social no governo federal.

Essa luta aberta e central pelos fundamentos de uma legitimidade democrática para um novo tempo de mudanças se centraliza na idéia da construção de uma nova esfera pública, que é composta pelo Estado profundamente democratizado, a regulação pública, democrática e universalista dos interesses privados e a generalização das formas participativas e associativas de auto-governo.

Em terceiro lugar, a noção de que estamos inseridos em uma revolução democrática no atual período histórico supera, pela base, uma visão etapista

que limita os horizontes do PT ao imediatamente possível e adia para um futuro indeterminado as dimensões socialistas da experiência de governar o Brasil. Ora, sem um princípio democrático de transição ao socialismo, pensado em um tempo histórico alargado, o PT inevitavelmente ficará cindido entre sua identidade socialista democrática e a sua experiência real, guiada pelos pragmatismos da hora.

É preciso ir criando desde já a legitimidade para as transformações estruturais democrático-populares no campo da propriedade, da renda e do poder. A reforma agrária e a reforma urbana demandam a discussão pública da função social da propriedade; e uma reforma tributária progressiva é vital em um país com escandalosa concentração da propriedade, da riqueza e da renda. A superação do desemprego estrutural, a

distribuição de renda, a radicalização das políticas de inclusão social, a conquista de direitos iguais para as mulheres e os negros, um novo contrato ecológico com a natureza não ocorrerão sem uma radical democratização do poder na sociedade e, simultaneamente, democratização do Estado.

Socialismo na pauta

Em quarto lugar, a idéia central de revolução democrática permite estabelecer um nexo comum de sentido, uma coerência, uma afinidade, uma atitude complementar e solidária entre a discussão do programa para o Brasil, o debate sobre o socialismo e as mudanças organizativas na vida do PT. O PT precisa mudar para se tornar, de forma plena, o partido líder da histórica revolução democrática, e a retomada de uma cultura socialista democrática é necessária para viabilizar, neste período

do histórico, a fusão entre as identidades do socialismo democrático e as formas populares da consciência e da cultura brasileira.

Por fim, em quinto lugar, a consciência de que estamos inseridos em uma revolução democrática é a forma mais alta de estabelecermos uma comunidade de destinos entre as forças de esquerda e progressistas e os avanços da consciência popular e dos trabalhadores no Brasil. Depois de tantos anos sombrios, ousamos pôr no centro da vida do país o princípio da esperança contra o medo da mudança. No momento mais alto de nossas energias utópicas, cantamos nas ruas: "sem medo de ser feliz"! É dessa fraternidade petista que precisamos agora para superar as forças adversas ou inerciais que podem travar os avanços do PT neste 3º Congresso.

Essa hipocrisia dá hemorragia

Mulheres em luta. Legalização do aborto volta à ordem do dia e ganha novos personagens.

Acaba de ser sancionada, em Portugal, a nova legislação que legaliza o aborto no país. Um plebiscito registrou que 59% dos que foram às urnas são favoráveis à legalização do aborto, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado e realizado nas primeiras 10 semanas. O resultado final teve participação notável dos movimentos de mulheres e presença firme dos partidos de esquerda. Com base no resultado do plebiscito, no dia 8 de março, o Parlamento português ratificou a legalização do aborto.

A maioria expressiva manifestou-se em defesa de milhares de mulheres que, todos os anos, são vitimizadas pela hipocrisia que as faz sofrer diversos males decorrentes de abortos clandestinos, efetuados sem condições mínimas de segurança e sem acompanhamento, o que, em muitos casos, leva-as à morte. No Brasil, estima-se que sejam realizados cerca de 1 milhão de abortos clandestinos todos os anos; e de cada mil mulheres submetidas ao procedimento ilegal, uma morre.

No caso português, com o objetivo de inviabilizar a votação, a direita e setores conservadores utilizaram a estratégia da abstenção. Isso explica, no fundamental, que o comparecimento tenha sido de 43% dos aptos a votar. Mas portuguesas e portuguesas já tinham experiência no assunto: em plebiscito anterior, realizado em 1998, a taxa de abstenção foi da ordem de 68%, sendo que 49,1% declararam-se favoráveis à legalização.

Portugal foi um dos últimos países a legalizar o aborto na Europa. Na Irlanda (onde a força da Igreja é bastante notória), e na Polônia, por exemplo, a prática de aborto ainda é criminalizada. Neste último, o retrocesso se deu com a retomada do capitalismo no país, na década de 1990.

Outro país que recolocou a questão do aborto na ordem do dia foi o México. A capital do país, administrada pelo PRD (Partido da Revolução Democrática), que também tem maioria na Assembléia Legislativa da cidade, legalizou a interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana. Não sem resistência da Igreja e dos setores conservadores e partidos de direita. O debate entre políticos, religiosos e feministas foi acirrado, e ficou evidente o tensionamento entre o conservador PAN (Partido da Ação Nacional), do presidente mexicano Filipe Calderón, e o PRD.

Na América Latina, apenas 3 países têm o aborto legalizado



Sem clandestinidade. Feminismo estará preparado para defender a legalização do aborto.

em seu território: Cuba, Guiana e Porto Rico. Por isso, a definição tomada no México é de grande importância para a esquerda e para o feminismo.

Desafios da esquerda no Brasil

A discussão sobre o aborto no Brasil é fortemente marcada pelo peso das Igrejas. São questionáveis as condições do debate, sabendo que as Igrejas (não apenas a Católica) controlam parte considerável dos meios de comunicação, entre rádios e TVs. Por isso, diferentemente do encaminhamento em Portugal, um plebiscito (ou referendo) não seria um caminho adequado para se decidir sobre a questão aqui. O pressuposto democrático da igualdade de condições não estaria assegurado. Na Cidade do México, defensores da legalização do aborto tiveram a mesma compreensão, e a proposta de referendo, apresentada pelo PAN, foi rejeitada.

O movimento de mulheres, que sempre levantou essa bandeira, deve estar preparado para garantir visibilidade ao tema e para superar as condições desiguais (e desleais) em que a discussão pode se dar no Brasil. A reação dos conservadores é bastante agressiva, como se pôde observar na campanha ao Senado de Jandira Feghali (PCdoB-RJ), e nas recentes ma-

nifestações organizadas contra o Ministro José Gomes Temporão, que se pronunciou favoravelmente à legalização do aborto, segundo ele, "por uma questão de saúde pública". Tanto em Portugal quanto na Cidade do México, a campanha contra a legalização do aborto tem os mesmos contornos moralistas e dogmáticos, utilizando-se de métodos pouco ortodoxos para defender sua posição.

As mulheres que morrem em decorrência de abortos clandestinos não são aquelas que podem pagar até R\$ 5 mil em clínicas especializadas para efetuar a interrupção da gravidez. São, isso sim, aquelas das periferias, as mais pobres, as que não podem arcar com mais uma gravidez, as que são mais vulneráveis ao machismo que atinge a todas as mulheres, mas não igualmente. São essas as vítimas da hipocrisia que não permite que essas mulheres tenham atendimento adequado, que evite o risco de perfuração no útero, de hemorragia, de esterilidade. São essas as vítimas da imposição a todos de uma crença religiosa que é de alguns. São essas as vítimas do controle do Estado, da Igreja, da Justiça sobre o corpo das mulheres. São essas as vítimas do pensamento que afirma e prega que o destino inexorável das mulheres é a maternidade, e que elas não podem decidir se querem

ou não ter filhos, sob risco de sofrerem as mais duras consequências.

É inadmissível que na esquerda brasileira – e especialmente no PT – haja vozes que se somam ao coro dos conservadores e da direita contra a vida dessas mulheres. Assim como em Portugal e no México, onde a presença dos partidos de esquerda, ao lado do movimento feminista, foi fundamental para a prevalência de um posicionamento progressista, é preciso que a esquerda brasileira se posicione a favor da autonomia das mulheres, não assimile o discurso da direita e nem caia na armadilha de fazer média com a Igreja e os setores mais conservadores da sociedade.

A esquerda tem posição

A participação do deputado federal Luís Bassuma (PT-BA) nas ações anti-legalização do aborto, nesse sentido, são alvo de questionamento e de reprovação. O PT tem posicionamento favorável à legalização, definido nas instâncias partidárias, a partir do acúmulo dos debates impulsionados pelas mulheres do PT.

A discussão em torno à legalização do aborto traz para a esquerda e para a sociedade em geral eixos importantes da luta feminista: o direito das mulheres ao seu próprio corpo, à au-

tonomia, à livre opção entre querer ou não ser mães e quando isso deve acontecer.

A interrupção de uma gravidez é uma circunstância altamente desconfortável e, muitas vezes, traumática para as mulheres. Não se trata, portanto, de recorrer ao aborto como método anticoncepcional, muito pelo contrário. Trata-se de, combinado com a legalização do aborto, ampliar o acesso das mulheres à informação, a métodos anticoncepcionais e criar condições para que elas negociem o uso de preservativos com seus companheiros de forma tranqüila, o que, muitas vezes, não ocorre. Em diversos países onde o aborto é legalizado, os números provam que os casos não aumentam por conta da situação de legalidade.

As mulheres devem ter direito de interromper uma gravidez sem precisar correr riscos, devem ter direito de definir sobre seu corpo, sobre sua vida, sem ser refém de credos e crenças que não são seus. Por isso, o posicionamento do deputado Bassuma – que desrespeita resolução partidária e tenta impor a sua crença a um conjunto, ignorando que o Estado e a Justiça são laicos – não condiz com o momento histórico que vivemos, e não condiz com a trajetória política do Partido dos Trabalhadores.

A DS e o ecossocialismo

Ambiente inteiro. Esquerda precisa incorporar a luta ecossocialista à estratégia política.

Alvaro Alencar, Gabriela Batista e Pedro Ivo Batista

A VIII Conferência Nacional da Democracia Socialista, realizada em 3 e 4 de março de 2007 na cidade de Brasília, discutiu, entre outros assuntos, a identidade política e programática da corrente. Dentre as decisões importantes assumidas na Conferência está a resolução que afirma que "o ecossocialismo integra nossa concepção de socialismo".

A partir de agora, a DS é a primeira corrente do Partido dos Trabalhadores e da esquerda em geral a assumir em sua estratégia de construção política a luta ecossocialista. Essa decisão tem grande significado porque traz a discussão ecológica para um diálogo com a esquerda e a luta social, ao mesmo tempo em que contribui para que a luta ecossocialista avance nas estratégias dos movimentos sociais e do próprio PT.

Como parte do debate de reconstrução socialista do PT, a DS, juntamente com as correntes, coletivos e militantes que apresentam a tese "O PT e a Revolução Democrática", afirma que é necessário um novo contrato social com a natureza, ensejando a realização de um desenvolvimento que, ao mesmo tempo, faça o país crescer, gerando renda e emprego, preserve o meio-ambiente e inclua um novo padrão de produção e consumo que possa ser sustentável.

O que é o ecossocialismo?

O ecossocialismo é uma corrente de opinião que atua no interior do movimento ambientalista, tanto no terreno nacional como internacional. Ele é parte do movimento sócio-ambiental, mas se define claramente como anti-capitalista, ao unir a luta ecológica à causa socialista, a partir do marxismo revolucionário. Assim, o ecossocialismo demarca tanto com os socialistas que não consideram a importância estratégica da luta ecológica, quanto com os ecologistas que não atuam na perspectiva do socialismo.

No Brasil, o ecossocialismo iniciou-se na luta dos trabalhadores da Amazônia, principalmente através de Chico Mendes e do movimento dos seringueiros, que souberam associar a defesa da floresta e a defesa dos direitos dos trabalhadores e dos povos que habitam a Amazônia, ao mesmo tempo em que defendiam uma nova sociedade.

Hoje, o ecossocialismo tem conseguido cada vez mais adesões nos movimentos sociais e



Nas ruas pelo veto. Ato em Porto Alegre foi um dos organizados pela CUT em todo o país

CUT nas ruas para derrotar a Emenda 3

1º de maio. Central preparada para enfrentar ataques aos direitos.

Quando no poder no país, os neoliberais flexibilizaram direitos trabalhistas durante toda a década de 90. Derrotados nas urnas, a estratégia neoliberal, agora, é encaminhar sua agenda através de projetos de lei no Congresso Nacional. Foi com esse intuito que apresentaram a Emenda número 3 à recém criada Receita Federal do Brasil (também chamada de "Super Receita").

A emenda criaria facilidades aos patrões para transformar seus funcionários em pessoas jurídicas, sem necessidade de assinar carteira de trabalho; e proibiria os fiscais do trabalho de cumprir seu papel de fiscalização. Na prática, desobrigaria os patrões de pagar 13º salário, férias remuneradas, descanso semanal remunerado, FGTS, licença-maternidade, vale-transporte, vale-alimentação e assistência médica e previdenciária. Esse poderia ser o mais duro golpe aos

direitos da classe trabalhadora brasileira desde a reforma trabalhista de FHC.

O presidente Lula vetou essa emenda. Agora, os neoliberais do Congresso Nacional ameaçam derrubar o veto presidencial. Desde que foi anunciada essa possibilidade, a CUT iniciou mobilizações em todo o país. No dia 10 de abril, ocorreram manifestações nas capitais e grandes cidades. E a direção da CUT já anunciou: se o veto presidencial for levado à votação no Congresso Nacional, haverá greve geral no Brasil.

A CUT tem demonstrado sua importância enquanto maior central sindical do país, convocando mobilizações nacionais e buscando unidade entre as centrais para negociação com o Congresso. O chamado à unidade teve adesão de sete centrais sindicais. Falta apenas que os setores que romperam com a CUT venham, também, lutar contra a burguesia.

1º de maio de lutas

É nesse clima de luta, de mobilizações nas ruas e de chamado à unidade dos trabalhadores que celebraremos o 1º de maio neste ano. Será um momento de ampliar a convocação ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do nosso país para que se juntem às mobilizações no Brasil inteiro.

Se, por um lado, a grande mídia tem apresentado apenas o lado do empresariado, o movimento sindical deve garantir a ampliação do chamado à luta por meio dos seus instrumentos de organização. O 1º de maio tem essa capacidade, pela sua simbologia e pelas atividades realizadas em todas as cidades onde o movimento sindical combativo está organizado.

Utilizar a imprensa sindical – que convoca as atividades de celebração desta data – para divulgar a agenda de luta contra a derrubada do veto à Emenda 3 é imprescindível. Derrotar nas ruas esse ataque da direita brasileira

é fundamental para o passo seguinte, a ofensiva pela ampliação de direitos.

Outra luta a ser encaminhada pela CUT neste período é contra o Projeto de Lei Complementar PLP 01/2007, encaminhado pelo governo. Esse projeto objetiva limitar as despesas com pessoal, por 10 anos, ao índice da inflação mais 1,5%. Elimina, assim, as possibilidades de recuperação do serviço público brasileiro, sem realização de concursos públicos e desautorizando a Mesa Nacional de Negociação. Desta forma, o governo considera os servidores públicos como responsáveis pelo desequilíbrio fiscal do país, escamoteando o superávit primário destinado ao pagamento da dívida pública.

A CUT unificou as mobilizações contra o PLP 01 com a agenda de luta contra a Emenda 3. Ambas as propostas retiram direitos da classe trabalhadora e, portanto, devem ser duramente combatidas.

na esquerda brasileira. Na Europa e no mundo, ele vem se desenvolvendo, nos últimos trinta anos, a partir da contribuição teórica de marxistas não dogmáticos, cuja crítica ao "socialismo real" somada à influência do produtivismo no interior da esquerda, tem constituído a base para um pensamento socialista, radicalmente democrático e ecológico. O Manifesto Ecossocialista Internacional expressa bem essa concepção.

Rede Brasileira de Ecossocialistas

A Rede Brasileira de Ecossocialistas (RBE) – www.ecossocialistas.org.br – foi criada em 2003, na cidade de Porto Alegre, durante a terceira edição do Fórum Social Mundial. A criação da Rede foi definida em 27 de janeiro, ao término da oficina organizada pela Associação Alternativa Terrazul, do Ceará, e pelo Centro de Estudos Ambientais (CEA), do Rio Grande

do Sul. A fundação da Rede reuniu mais de 250 militantes de 16 estados brasileiros.

A Carta de Princípios da RBE declara que a Rede "não visa a substituir nenhuma organização política e social". Seu objetivo é ser "uma articulação de militantes ecossocialistas, que nas diferentes esferas de ação política atuarão de acordo com os princípios e a reflexão teórica e programática construída pelo referencial do ecossocialismo".

O II Encontro Nacional dos Ecossocialistas, realizado em novembro passado, no Rio de Janeiro, apontou como prioridade a necessidade de fortalecimento da divulgação do trabalho da Rede e decidiu também a realização de encontros estaduais para avançar organização em todo país.

Alvaro Alencar é da executiva da Secr. Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, Gabriela Batista é da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA) e Pedro Ivo Batista é da Coord. Nacional da RBE.

Revolução democrática e América Latina

Mensagem ao PT. Uma síntese das contribuições da tese no tema internacional.

Não é possível pensar a história do Brasil dissociada da história da América Latina. Unidos desde a colonização, foram séculos de processos comuns de opressão e luta: das guerras de independência à eclosão dos processos guerrilheiros na década de 60, do período das ditaduras militares à década de predomínio quase absoluto das concepções e políticas neoliberais nos anos 90.

Hoje, vivemos um novo momento em nossa história, em que o surgimento de uma ampla onda anti-neoliberal no continente possibilitou a vitória de diversos governos progressistas e levou à derrota do projeto da Alca devido à ação convergente desses governos e dos movimentos sociais. Nos quase duzentos anos desde a independência, essa conjuntura é a mais promissora em termos de seu potencial emancipador.

A revolução democrática pressupõe o entendimento de que não é possível a construção soberana do país sem que haja um forte processo de integração regional em todos os níveis: econômico, político, social e cultural. A integração regional pode somar as capacidades técnicas e científicas dos setores de trabalhadores mais especializados, a base tecnológica e industrial construída em períodos anteriores, a enorme disponibilidade de recursos naturais e energéticos, criando um bloco econômico e político em condições de afirmar uma política própria. Nesse sentido, fortalecer o Mercosul, a Comunidade Sul-americana de Na-



América Latina soberana. Manifestação em SP reúne milhares contra a visita de Bush.

ções e outros mecanismos de integração, é parte essencial da revolução democrática.

Integração solidária

Nesse contexto, é necessário que se compreendam as di-

ferenças existentes e as particularidades dos distintos processos políticos e sociais que se desenvolvem em cada país. São histórias e conjunturas nacionais diversas, culturas políticas diferentes, atores políti-

cos e sociais com peso distinto, que, no entanto, tendem a convergir num só processo de emancipação frente à ordem mundial dominada pelos Estados Unidos. Tentar reduzir toda essa riqueza de experiências a

dicotomias – como fazem os setores conservadores – do tipo “populistas x democráticos”, “moderados x radicais” seria um erro fatal para a perspectiva da revolução democrática continental. No entanto, para cumpri-la, não há nem deve haver “partido guia” ou “país guia”. À busca de convergência entre os governos progressistas da região, é necessário somar-se à construção de um amplo movimento de caráter político e social que impulse esse processo.

Também não é possível pensar a afirmação do Brasil enquanto nação sem uma forte presença no cenário político internacional, como vem sendo desenvolvido pelo governo Lula. O incremento das relações Sul-Sul, a formação do G-20 e outras iniciativas são fundamentais para o enfrentamento do Império e da hegemonia neoliberal. Essas iniciativas acontecem em um momento em que a estratégia belicista e unilateralista do governo dos EUA está sem saída no Iraque (e nas regiões árabe e muçulmana), o que pode levar à primeira grande crise da ordem mundial “unipolar” que o governo Bush tem tentado impor.

Os processos políticos progressistas na América Latina são parte ativa do questionamento a essa ordem mundial. Trata-se de uma conjuntura especial, em que as condições para a superação da ordem imperial norte-americana se colocam com mais ênfase a cada momento.

Dilemas das esquerdas nas eleições na França

Polarização eleitoral. Partidos da esquerda anunciam apoio à candidata socialista.

Melhor que na eleição presidencial anterior, em 2002, quando direita e ultra-direita foram ao segundo turno com Jacques Chirac e Jean-Marie Le Pen; e pior que no referendun sobre a neoliberal Constituição Européia, em 2005, situação na qual o “não” teve mais da metade dos votos. O primeiro turno da eleição presidencial francesa de 22 de abril passado colocou no segundo turno um candidato de direita *duro*, o ex-Ministro do Interior Nicolas Sarkozy (31%), e uma candidata *light* da esquerda, a socialista Segonèle Royal (26%).

Foi uma das eleições mais concorridas do pós-Guerra na França, com um comparecimento de 85% do eleitorado (o voto é facultativo no país). Sarkozy assumiu parte do eleitorado do extremista Le Pen (11%

agora, 17% em 2002; mas ainda com votação expressiva na classe operária). Royal se beneficiou do “voto útil” impulsionado pelo trauma de setores mais à esquerda, que tiveram que votar em Chirac, na eleição anterior, para derrotar Le Pen.

As candidaturas à esquerda do Partido Socialista tiveram um desempenho de conjunto (percentual e total de votos) pior que em 2002. Depois da euforia por terem liderado a campanha vitoriosa pelo “não” à Constituição Européia – ponto alto da luta altermundialista no período recente –, não houve acordo sobre uma candidatura unitária capaz de representar esse amplo movimento. Cada força política apresenta sua explicação para o fato, mas isso não muda o resultado e compromete a perspectiva de que após o se-

gundo turno se possa retomar uma dinâmica unitária.

Porém, no interior desse resultado observam-se situações diferentes. O destaque positivo foi a candidatura de Olivier Besancenot (da Liga Comunista Revolucionária, LCR), que manteve seu percentual anterior (4,1%), mas com uma votação absoluta superior (280 mil votos a mais) por conta do maior número total de votantes. O Partido Comunista teve seu pior resultado no pós-Guerra, pouco menos de 2% dos votos; Arlette Laguiller, candidata do partido trotskista “Luta Operária”, alcançou 1,34% (em 2002, teve mais de 5%); e Jose Bové, que se apresentou como expressão do movimento altermundialista (com apoio de militantes da LCR e do PC) não passou de 1,32%. Os verdes dividiram-se em duas

candidaturas com poucos votos, e os lambertistas do Partido dos Trabalhadores repetiram uma campanha inexistente.

Segundo turno

Para o segundo turno, toda a esquerda além do Partido Socialista já declarou voto contra Sarkozy. Uma decisão tão correta quando difícil, já que a candidatura de Royal – com o dado de que toda a esquerda junta não alcançou 40% dos votos – busca se posicionar ao centro, na tentativa de captar os votos do candidato terceiro colocado, Bayrou (19%), que ganhou espaço com uma terceira via, ainda que seja da mesma coalizão atualmente no governo, da qual Sarkozy é parte.

De fato, isso já parece estar acontecendo. Pesquisas de opinião publicadas no final de abril

davam uma situação de quase empate, com leve vantagem para o candidato da direita. Sarkozy atraiu votos com seu comportamento truculento e xenófobo quando Ministro do Interior do presidente Chirac, mas também assustou uma França que ainda se vê como berço da civilização – Royal e Bayrou apostaram nesse medo. Se eleito, levaria o país a uma polarização inédita. Se a candidata do Partido Socialista for a eleita, o país voltará à sua “normal” indefinição e às disputas sobre o que é “ser francês”, sobre qual relação deve ter com os franceses muçulmanos, sobre qual futuro oferecer aos marginalizados filhos franceses dos imigrantes das antigas colônias, etc. Mas essas são questões que também assombram as forças que se situam à esquerda do PS de Segonèle Royal.